

A101895

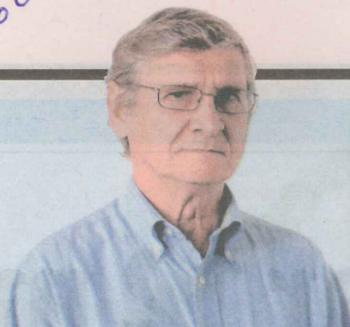
Adm. Econômico

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

DINHEIRO 33

QUARTA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2012 A GAZETA

ORLANDO CALIMAN



Governo federal argumenta que a guerra fiscal entre os Estados está estimulando as importações, o que não é bem verdade

Reforma tributária e pacto federativo

A iniciativa do governo federal de promover a reforma tributária começando pela tentativa de eliminação da incidência de alíquotas interestaduais sobre importações abre, com certeza, uma nova frente de conflitos entre entes federados, e destes com a União. E a tendência ao se passar para a etapa seguinte, que prevê a tributação acontecendo no Estado de destino – consumo – de todas as operações interestaduais, é de que esses conflitos se intensifiquem, já que os tamanhos dos ganhos e das perdas serão bem maiores.

Nessa hipótese, enquanto Estados com saldos negativos em suas balanças comerciais – diferença entre compras e vendas de produtos entre os Estados – apresentarão ganhos, os demais, aqueles que são superavitários, sofrerão perdas. Teremos, assim, satisfações de um lado e insatisfações de outro. Conciliar

esses dois lados nos parece tarefa difícil, um verdadeiro desafio.

O Espírito Santo sai como perdedor nas duas etapas, mas, de forma mais pesada na segunda, quando serão incorporadas na mesma lógica de destino todas as operações interestaduais.

Na primeira, o Fundap deixa de ser atrativo, mesmo que a alíquota interestadual nas importações seja fixada em 4%. Nessa hipótese, as finanças dos municípios sofreriam bem mais do que a do Estado, algo em torno de R\$ 500 milhões anuais.

Já no caso da reforma mais ampla, o “rombo” no fluxo anual de receitas do ICMS realmente seria desastroso. Segundo a Secretaria da Fazenda, a subtração de receita chegaria atingiria a cifra de R\$ 3,7 bilhões.

Mas, o que mais chama a atenção é a pressão que o governo federal está imprimindo para agilizar a votação da primeira etapa, a que acaba com o Fundap. E para isso vale-se agora de um argumento totalmente novo, o de que a guerra fiscal entre Estados está estimulando as importações, o que não é bem verdade, pois os fatores que efetivamente determinam as decisões de importar são outros, passando pelo câmbio, o principal deles, e pelos custos sistêmicos internos como a própria

carga tributária e a nossa precária logística de transporte.

O que quero chamar a atenção nesse caso é de que as importações estariam acontecendo do mesmo jeito e ritmo na ausência desses incentivos, só que muito provavelmente numa lógica territorial diferente.

Além disso, não faz tanto sentido a distinção pretendida pelo governo federal entre mercadoria importada ou nacional sob a ótica da função de tributação específica do ICMS. A não ser que o objetivo seja reduzir a competência tributária dos membros da federação, encolhendo seus espaços de manobra para a promoção de políticas atreladas às suas necessidades e estratégias de desenvolvimento.

E a perda de autonomia será ainda maior na ocorrência da segunda etapa da reforma, quando nem nas operações internas haverá a possibilidade de concessão de incentivos, prática tão comum hoje nos Estados.

Alguns Estados, sobretudo aqueles mais deficitários em suas balanças comerciais, a maioria dos quais do Nordeste, parecem inebriados pelo canto da “Sibila” e imaginam seus caixas sendo irrigados por uma fonte inesperada de recursos. Esquecem eles que não mais poderão contar com seus instrumentos fiscais de atração baseados no ICMS, que em grande medida foram responsáveis pelo estágio atual de industrialização. Imaginemos, por exemplo, o Estado da Bahia tentando atrair a montadora Ford nesse novo cenário que se pretende criar.

A reforma tributária não deve ser explicada e justificada apenas sob o crivo da guerra fiscal, mas sim pela ótica de ganhos de eficiência e competitividade produtiva do país. Se a questão é reduzir a “fervura” da guerra fiscal, existem outros caminhos e outras formas que necessariamente não precisam passar por uma reforma tributária. Tudo bem que a reforma tributária sempre será intensamente desejada, mas que seja por propósitos mais nobres e não por motivos circunstanciais.

—
Se a questão é reduzir a “fervura” da guerra fiscal, existem outros caminhos e outras formas que necessariamente não precisam passar por uma reforma tributária

RITMO DE DESENVOLVIMENTO

Indústria do Espírito Santo perde liderança

Estado teve crescimento de 6,8%, puxado pela indústria extrativista. Paraná ficou em 1º lugar

▲ FERNANDA ZANDONADI
fzandonadi@redgazeta.com.br

Depois de um 2010 em primeiro lugar, com crescimento de 22,3%, a indústria do Espírito Santo amargou, no ano passado, uma segunda colocação no ranking nacional. O aumento de 6,8% não foi suficiente para manter a liderança do Estado, que foi ultrapassado pelo Paraná, cujo crescimento foi de 7% na produção industrial. Na terceira posição, Goiás surge com 6,2%, um índice próximo do alcançado pelo Espírito Santo.

A indústria capixaba é basicamente puxada pelo setor extrativo, que alavancou o índice com petróleo e gás (+29,6%). Por outro lado, ocorreu queda de 5,2% na indústria de transformação. Mesmo ficando em segundo lugar, o Estado



Setor extrativista de petróleo e gás alavancou o índice com alta de 29,6%

ocupa uma posição privilegiada, já que a média brasileira de crescimento industrial ficou, praticamente nula, em 0,3%.

O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Marcos Guerra, explica que o Estado tem uma indústria fortemente baseada em commodities e produtos de bai-

xa intensidade tecnológica. Por outro lado, Paraná e Goiás são dois Estados com indústria de forte valor agregado, o que pode ter contribuído para o crescimento das duas regiões.

Exemplo disso é que o Paraná teve alta puxada por veículos automotores (+30%), refino de petróleo e álcool (óleo diesel, gasoli-

na e álcool combustível, com +12,1%). Já Goiás teve alta puxada pela indústria química (fabricação de medicamentos, +36%).

“A indústria do Paraná foi alavancada pelo setor automotivo, pelo refino de petróleo e isso puxa o índice, já que há maior valor agregado. Já o Espírito Santo está muito focado

O VICE E O LÍDER

6,8%

de crescimento

Foi o índice alcançado pelo Estado em 2011, puxado pela indústria extrativa.

7%

de aumento

Foi a taxa do Paraná, alavancada pela indústria de forte valor agregado.

na extração do petróleo”.

A economia do Estado, segundo Guerra, por estar ancorada em commodities, tem grande dependência do mercado externo. Por aqui, a indústria de transformação declinou em 2011.

POLO

Uma forma de modificar esse quadro e agregar valor

aos produtos que saem do Estado é o investimento de polos voltados para a indústria da transformação.

A Findes trabalha, segundo Guerra, em um centro de inovação que vai viabilizar a criação de novos produtos e novas tecnologias. A proposta é dar suporte a setores como o de petróleo, vestuário e informática e gerar um modelo que atenda às demandas do Estado. Na prática, o objetivo é criar novos produtos, novas marcas, patentes e incubar empresas e projetos. A previsão é de que os trabalhos já comecem no próximo semestre.

“Precisamos agregar mais valor aos nossos produtos. No setor de mármore e granito, por exemplo, 90% dos produtos exportados manufaturados no país são do Espírito Santo. Agora precisamos dar essa mesma competitividade para outros segmentos da economia”.